

Filipa Isabel Rosa Gregório

Relatório de Estágio em Farmácia Comunitária

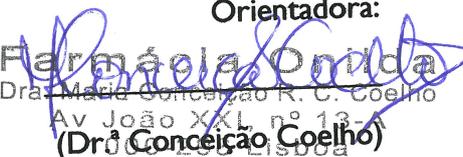
Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, orientado pela
Dr.ª Conceição Coelho e apresentado à Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Julho 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Orientadora:


Farmácia Orinda
Dra. Maria Conceição R. C. Coelho
Av. João XXI, n.º 13-A
1000-029 Lisboa
(Dra. Conceição Coelho)
Tel: 218 486 848 - Fax: 218 470 093
NIF: 501 160 434

Estagiária:

(Filipa Isabel Rosa Gregório)

Índice

Lista de Abreviaturas.....	3
Introdução.....	4
1. Organização da farmácia	5
1.1. Localização	5
1.2. Recursos humanos	5
1.3. Utentes.....	5
1.4. Espaço físico	6
1.5. Sistema Informático.....	7
2. Aprovisionamento e Armazenamento	8
2.1. Escolha de fornecedores.....	8
2.2. Realização de encomendas.....	9
2.3. Recepção e conferência de encomendas	10
2.4. Marcação de preços	11
2.5. Armazenamento	12
2.6. Prazos de validade.....	12
2.7. Devoluções.....	13
3. Interação Farmacêutico – Doente – Medicamento	13
4. Dispensa de medicamentos.....	14
4.1. Dispensa de Medicamentos Sujeitos a Receita Médica.....	15
4.1.1. Organismos de Participação.....	16
4.2. Dispensa de estupefacientes e psicotrópicos.....	17
4.3. Dispensa de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica.....	17
5. Receituário	18
6. Dispensa de outros produtos de saúde	19
6.1. Produtos de uso veterinário	19
6.2. Produtos de Dermocosmética e Higiene.....	20
6.3. Dispositivos Médicos.....	21
6.4. Produtos Fitoterapêuticos	21
6.5. Suplementos alimentares.....	22
7. Serviços prestados pela Farmácia Onilda.....	22
8. Análise SWOT	23

8.1. Pontos fortes.....	23
8.2. Pontos fracos.....	24
8.3. Oportunidades	24
8.4. Ameaças	25
Conclusão.....	26
Bibliografia	27

Lista de Abreviaturas

ANF – Associação Nacional de Farmácias

CCF – Centro de Conferência de Facturas

IMC – Índice de Massa Corporal

INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produto de Saúde, I.P.

IVA – Imposto de Valor Acrescentado

MNSRM – Medicamento Não Sujeito a Receita Médica

MSRM – Medicamento Sujeito a Receita Médica

PA – Pressão Arterial

PC – Preço de Custo

PVP – Preço de Venda ao Público

SNC – Sistema Nervoso Central

SNS – Serviço Nacional de Saúde

Introdução

O estágio em Farmácia Comunitária, pertencente ao plano de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra é um instrumento fundamental para a integração do estudante no meio profissional, possibilitando a transposição para a prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo destes 5 anos.

O farmacêutico, principalmente o farmacêutico comunitário, devido à acessibilidade e ao contacto directo com os utentes, tem um papel cada vez mais activo na sociedade, sendo cada vez mais a primeira escolha, enquanto profissional de saúde, por parte dos utentes.

Deste modo, o estágio em Farmácia Comunitária é uma experiência essencial e indispensável que nos permite uma aprendizagem diária e contínua, possibilitando um contacto mais íntimo com a organização interna de uma farmácia e com a população que a frequenta.

Para a realização deste relatório, baseei-me no estágio curricular que realizei na Farmácia Onilda, em Lisboa, cujo objectivo é a apresentação das actividades que aqui realizei, assim como os conhecimentos adquiridos, sob a orientação de uma magnífica equipa.

I. Organização da farmácia

I.1. Localização

O estágio em farmácia comunitária realizou-se no período entre Janeiro e Abril de dois mil e catorze, na Farmácia Onilda, localizada na Avenida João XXI, em Lisboa, sob a orientação da Dra. Conceição Coelho, assim como de toda a equipa.

A Farmácia Onilda inserida no bairro de São João de Deus, iniciou actividade nos anos 50 contando já com longos anos de história. Apesar de se localizar na grande cidade de Lisboa, está inserida num bairro essencialmente residencial, apresentando um ambiente muito familiar, o que vai reflectir nos utentes da farmácia.

Durante o tempo de estágio foi-me possibilitado conhecer integralmente o funcionamento de uma farmácia comunitária, desde o armazenamento e aprovisionamento dos produtos, procedimentos internos, seja devoluções, prazos de validade, tratamento do receituário, sistema informático e, claro, foi-me possível pôr em prática o aconselhamento e acompanhamento farmacêutico inerente à dispensa de medicamentos.

I.2. Recursos humanos

Os Recursos humanos da Farmácia Onilda são compostos pela Dr.^a Conceição Coelho, Proprietária e Directora Técnica, pela Alexandra Santos e pelo Tiago Ramos, Técnicos de Farmácia e pelo Nilson, Auxiliar de limpeza.

I.3. Utentes

Apesar da maioria dos utentes serem idosos, a população abrangida é bastante heterogénea, apresentando utentes de todas as idades, com distintos graus de instrução e sensibilidade, facto que me permitiu a percepção de métodos de abordagem específicos para o mesmo assunto consoante a pessoa que se encontra do outro lado do balcão.

I.4. Espaço físico

A Farmácia Onilda é composta por diferentes zonas com diferentes funcionalidades, enumeradas de seguida. A zona de atendimento ao público consiste num espaço amplo que possibilita a boa comunicação entre o profissional de saúde, farmacêutico ou técnico, e o utente. Este espaço contém um balcão com três postos de trabalho activos e um posto de apoio, nos postos activos encontram-se os respectivos computadores, e impressoras de códigos de barras, cuja função é imprimir o documento de facturação no verso da receita e emitir o recibo, podendo ser atendidos três utentes em simultâneo. Ao longo do balcão, junto aos postos de trabalho, encontram-se expositores com diversos produtos, que podem conter novidades que a farmácia quer dar a conhecer aos seus utentes ou produtos com necessidade de escoamento, e ainda campanhas comerciais que a farmácia apostou, suscitando assim, mais prontamente, o interesse por parte dos utentes.

Junto ao balcão encontram-se ainda gavetas e armários que contêm produtos ortopédicos, veterinários, dispositivos médicos, como termómetros ou seringas, pastilhas e alguns medicamentos não sujeitos a receita médica, com elevada rotação, como é o caso dos antigripais. Nos lineares envolventes encontram-se expostos vários produtos como é o caso de diversas gamas de produtos de dermocosmética, produtos de fitoterapia, homeopatia, higiene oral, puericultura, capilares e suplementos vitamínicos. Nesta divisão é ainda possível encontrar uma balança electrónica que fornece informação relativa ao peso, altura e Índice de Massa Corporal (IMC).

A zona de recepção de encomendas e armazenamento local onde se procede à recepção e conferência de todas as encomendas e receitas, etiquetagem dos novos produtos, elaboração de notas de encomenda, assim como ao armazenamento da maioria dos produtos farmacêuticos. É composta por uma bancada onde se encontra um computador que está ligado a uma impressora de papel formato A4 e outra de códigos de barra, existem ainda armários com prateleiras para arrumação de diversos produtos que não têm espaço nos lineares na zona exterior e ainda um armário de maiores dimensões, com gavetas deslizantes e organizadas por ordem alfabética e forma farmacêutica. Neste armário encontram-se os medicamentos sujeitos a receita médica, assim como, os medicamentos não sujeitos a receita médica. Para além do referido é possível encontrar um frigorífico destinado a conservar os produtos que requerem temperaturas entre os 2°C e os 8°C, cujo registo é assegurado por um termohidrómetro. A zona de recepção e armazenamento está sujeita a um controlo diário de temperatura e humidade.

O gabinete do utente, zona de atendimento personalizado e individualizado, onde se realizam testes bioquímicos e se procede à medição da pressão arterial. Nesta divisão é possível encontrar o material necessário à realização destes testes, como é o caso de tiras de colesterol e glicose, assim como, os respectivos aparelhos, lancetas descartáveis, algodão, luvas, pensos, água oxigenada e os contentores para recolha de material contaminado. Neste local, ainda é possível encontrar diversos *dossiers* onde se arquivam guias de psicotrópicos, registo de entrada de benzodiazepinas, gráficos de registo de temperatura e humidade, e diversa informação actualizada sobre a actividade farmacêutica, como é o caso da Farmacopeia Europeia, do Formulário Galénico Nacional ou do Guia de Boas Práticas Farmacêuticas e Informação Médica mais recente disponibilizada pela Indústria Farmacêutica.

A zona de preparação de manipulados possui uma bancada com um lavatório e material de laboratório necessário à realização dos manipulados. Foi possível constatar que raramente são solicitados manipulados, conseqüentemente, e também devido às dificuldades económicas que as farmácias estão a ultrapassar, torna-se difícil ter em *stock* uma grande variedade de matérias-primas e suportar os custos inerentes, procedendo-se, apenas muito esporadicamente à realização destas preparações.

A farmácia é ainda constituída por um escritório, por instalações sanitárias e por uma zona de descanso/quarto que é o local onde os funcionários podem guardar os seus bens pessoais, nos respectivos cacifos, aqui encontra-se também uma cama, que é destinada a ser utilizada pelo funcionário que fizer as noites de serviço.

1.5. Sistema Informático

A Farmácia Onilda está equipada com o sistema *SIFARMA2000*[®], disponibilizado pela Associação Nacional de Farmácia (ANF). É uma ferramenta bastante útil na farmácia pois permite realizar facilmente tarefas fundamentais ao bom funcionamento desta, tais como: elaboração e transmissão de encomendas, recepção de encomendas, controlo de prazos de validade, vendas com actualização imediata de *stock*, devoluções, realização de vendas suspensas, de forma a permitir a dispensa de medicação crónica sem apresentação imediata da receita médica, listagens de controlo de psicotrópicos e benzodiazepinas, consulta de informação sobre medicamentos, consulta e emissão de documentos relacionados com gestão e contabilidade, criação de fichas para os utentes habituais, entre outras.

Este sistema informático permite ainda o cruzamento entre as diversas características do medicamento, como a posologia, o mecanismo de acção e as interacções, com o perfil de

cada utente e a respectiva medicação, permitindo um aconselhamento personalizado em cada dispensa, assegurando o uso seguro e correcto dos medicamentos.

2. Aprovisionamento e Armazenamento

O estágio curricular iniciou-se por este ponto, o que se revelou bastante proveitoso, pois durante os 5 anos de curso não tive oportunidade de contactar com as marcas comerciais das respectivas substâncias activas. Ao realizar esta tarefa permitiu-me começar a familiarizar-me com estas denominações, ajudando-me a compreender mais facilmente a linguagem da maioria dos utentes.

A existência de inúmeros produtos farmacêuticos faz com que seja impossível a presença de todos no mesmo espaço. Deste modo, é necessário que haja um chamado *stock* óptimo, que vá satisfazer a grande maioria das necessidades dos utentes e que pode depender de vários factores, como, as necessidades das diferentes classes de utentes que frequentam a farmácia, os hábitos de prescrição dos médicos da zona, a localização da farmácia, o fundo de maneio, a época do ano, a capacidade de armazenamento da farmácia, a rotatividade, as campanhas publicitárias nos media, as bonificações, entre outros.

Caso, por diversas razões, não seja possível conseguir alcançar esse *stock* óptimo, é necessário conseguir colocar à disposição do utente produtos farmacêuticos de qualidade, no menor período de tempo possível.

2.1. Escolha de fornecedores

Os produtos farmacêuticos podem ser adquiridos através de duas formas, que apresentam grandes diferenças entre elas. Uma delas é directamente aos laboratórios, por exemplo através dos delegados comerciais e de propaganda médica, e a outra é através de armazenistas/cooperativas de distribuição.

A grande vantagem aquando da aquisição directa aos laboratórios é que ao adquirir grandes quantidades usufruindo de condições comerciais e financeiras excepcionais para a farmácia. Neste caso há que ter em atenção se a rotatividade dos produtos justifica a compra em grande número. A grande desvantagem deste tipo de aquisição é o tempo de entrega, daí ser predominantemente utilizada para produtos de dermocosmética, ou produtos cuja chegada à farmácia não seja urgente, como por exemplo suplementos.

Outras das vantagens deste tipo de aquisição é a organização de acções de formação, promoção de campanhas sazonais em alguns produtos, nomeadamente cosmética e higiene; disponibilização de amostras gratuitas para familiarizar o utente com os produtos e elaboração de lineares e montras.

Apesar das vantagens apresentadas pelos laboratórios, a maioria das encomendas é efectuada aos armazéns de distribuição/ cooperativas por diversos motivos, entre os quais: maior rapidez na satisfação dos pedidos; maior proximidade; maior facilidade de contacto para a realização das encomendas; possibilidade de adquirir pequenas quantidades; descontos financeiros; modalidades de pagamento mais vantajosas e maior facilidade de efectuar devoluções. Estes armazéns de distribuição/cooperativas acabam por mediar a ligação entre as farmácias e os laboratórios, apresentando vantagens para ambas as partes.

A escolha de fornecedores é um processo muito importante para o sucesso de qualquer empresa e devem ser levadas em conta certas variantes que podem fazer toda a diferença em termos de satisfação. Capacidade de controlo dos processos de qualidade, qualificações, anos de actuação no mercado, reputação, condições de pagamento, bónus oferecido, flexibilidade e rapidez das entregas, são alguns dos factores a ter em consideração aquando da escolha do fornecedor.

Os armazéns/cooperativas que trabalham com a Farmácia Onilda são a **Udifar**, a **Botelho & Rodrigues** e a **Plural**, assegurando assim a maioria das necessidades da farmácia.

Devido à conjuntura económica actual, as farmácias estão a adoptar estratégias competitivas no sentido de obter melhores condições de compra. Um exemplo disso, é a organização em grupos, como no caso da Farmácia Onilda, potenciando a margem nos medicamentos, conduzindo a uma maior rentabilidade, e paralelamente usufruindo de formações de força de vendas.

2.2. Realização de encomendas

Na farmácia Onilda, as encomendas são realizadas maioritariamente através do *software SIFARMA2000*[®]. Neste *software* cada produto tem associado uma ficha, onde consta diversa informação sobre o mesmo, como é o caso da designação, preço de custo e venda, código, entre outros. Aí define-se um *stock* mínimo, *stock* máximo e um fornecedor predefinido, de acordo com a rotação do produto, sendo gerada automaticamente uma proposta de encomenda que pode ser revista e alterada.

Nesta proposta de encomenda gerada pelo *software SIFARMA2000*[®] estão presentes os produtos necessários para a reposição do *stock* máximo pré-definido na ficha do produto. Ao realizar a proposta de encomenda, tem de ser ter em conta outros factores, como o historial de vendas nos últimos meses, a sazonalidade do produto, bonificações dadas pelo fornecedor, o aparecimento de novos produtos, produtos esgotados e produtos temporariamente indisponíveis, e os produtos solicitados pelos utentes sem historial ou relevância de rotatividade de *stock*, que conseqüentemente, não figuram na proposta de encomenda.

As encomendas são transmitidas aos diversos fornecedores, de acordo com um horário previamente estipulado, nesta farmácia, as encomendas são realizadas duas vezes por dia, uma à hora de almoço e outra ao fim do dia. Para além da transmissão através do *SIFARMA2000*[®], também se realizam encomendas por telefone ou na plataforma *online*, estes dois últimos métodos são utilizados sem situações de cariz urgente, confirmando deste modo a sua disponibilidade no *stock* do armazenista, o seu débito no cliente farmácia, e por último confirmando o envio efectivo do produto. Quando formalizada e concluída a proposta de encomenda, procede-se ao seu envio para o fornecedor, imprimindo-se uma listagem que fica na farmácia para controlo da encomenda.

2.3. Recepção e conferência de encomendas

Os circuitos de distribuição dos diferentes armazenistas realizam-se duas vezes por dia. Uma primeira entrega da parte da manhã, entre as 9h30 e as 10h30 e uma segunda entrega da parte da tarde, entre as 16h30 e as 17h.

As encomendas chegam acondicionadas à farmácia nas designadas “banheiras”, no seu interior é possível encontrar os produtos encomendados, assim como a guia de remessa/factura em duplicado, de forma a conferir, se o que foi facturado corresponde aos produtos encomendados e recebidos. No documento factura devem estar presentes os seguintes elementos: identificação do fornecedor ou distribuidor, identificação do cliente Farmácia, hora e local de origem e entrega, designação do produto, código CEDIME, Imposto Valor Acrescentado (IVA) de cada produto, Preço de custo (PC), Preço Venda ao Público (PVP), quantidade e desconto. A recepção e conferência das encomendas são efectuadas recorrendo-se ao *SIFARMA2000*[®].

No momento da recepção das encomendas é necessário avaliar o estado das embalagens, a validade dos produtos e fazer-se a respectiva leitura óptica, começando pelos

produtos de frio, que vêm num acondicionamento próprio e separados dos restantes, para que sejam guardados o mais rapidamente no frigorífico dos medicamentos. Por vezes, a leitura óptica não é viável, nesses casos é necessário introduzir manualmente o código internacional ou o nome do produto. O *software* tem ainda a capacidade de nos indicar se um dado produto vem em maior quantidade, ou não consta da encomenda efectuada.

Após a leitura óptica de todos os produtos, é fundamental verificar se todos os produtos debitados foram entregues, assim como, se os preços estão correctos. Quando os produtos são enviados em número superior ao da encomenda é necessário verificar na guia de remessa/factura se se trata de um erro de aviamento ou se os produtos em excesso são bonificações.

Quando os produtos fornecidos estão em quantidade inferior à debitada, o fornecedor em questão é contactado para que seja efectuada uma nota de crédito para a farmácia. Quando são enviados produtos não encomendados ou com algum defeito é efectuada uma nota de crédito ou uma troca, nestes casos, a farmácia tem que efectuar uma guia de devolução que acompanha o produto a ser devolvido. No final da conferência da encomenda, os produtos não recepcionados são canalizados para outro fornecedor, e guardam-se as facturas no *dossier* correspondente.

Os psicotrópicos e estupefacientes são enviados nos mesmos contentores dos outros produtos e são sujeitos ao mesmo processo de recepção. Estes produtos vêm acompanhados de uma guia de remessa/factura em duplicado e numerada pelo fornecedor, sendo o duplicado assinado pelo director técnico e reenviado ao fornecedor, enquanto o original é arquivado na farmácia por um período mínimo de três anos.

Em caso de ruptura de *stock* nos armazenistas e dado à urgência terapêutica, a Farmácia Onilda beneficia da proximidade geográfica com outras farmácias, o que possibilita o desenvolvimento de uma mútua interajuda.

2.4. Marcação de preços

Alguns produtos como é o caso dos de dermocosmética, fitoterapia, de higiene oral, homeopáticos, puericultura, entre outros, não trazem o PVP indicado na embalagem, o que permite que cada farmácia decida a sua própria margem de lucro, com base nas condições comerciais que afez. Deste modo, é necessário, na farmácia, proceder à sua marcação, após a recepção da encomenda na qual foram enviados.

Ao introduzir, na ficha do produto, o preço de custo e a margem de comercialização, em percentagem, tendo em conta o IVA, o *SIFARMA2000*[®] calcula automaticamente os preços. Após definido o PVP é impressa uma etiqueta autocolante, para colocação no respectivo produto, onde vem referido o preço em euros, o código numérico, uma breve designação do produto, o código de barras e o IVA.

2.5. Armazenamento

Após a recepção da encomenda, e os produtos se encontrarem no *stock* da farmácia, é necessário proceder ao seu armazenamento nos locais indicados. O correcto armazenamento é um passo fundamental para a correcta gestão de *stocks* e para a conservação dos produtos, garantido a qualidade do mesmo aquando da sua dispensa.

Este armazenamento não pode ser realizado de forma aleatório, sendo necessário obedecer a determinados critérios funcionais e técnicos. As condições de conservação devem ser as adequadas, havendo um controlo de temperatura, humidade, luminosidade, ventilação e prazo de validade, de forma a garantir o seu cumprimento. Nas gavetas deslizantes são colocados tanto medicamentos sujeitos a receita médica, como medicamentos não sujeitos a receita médica, e estão organizados por ordem alfabética e forma farmacêutica, devendo-se sempre ter em conta, quando se arruma qualquer produto, do princípio *first in first out*, de forma a evitar a expiração dos respectivos prazos de validade.

Os produtos cosméticos, homeopáticos, de puericultura, higiene oral, de fitoterapia entre outros, podem estar guardados à vista do utente e por isso encontram-se expostos nos lineares na zona de atendimento ao público.

2.6. Prazos de validade

Diariamente, quando é feita a recepção de encomendas são conferidos os prazos de validade de todos os produtos que nela constam e, caso seja necessário, são actualizados no sistema informático. Durante a arrumação, como referido anteriormente, é tido em conta o princípio *first in first out*.

Mensalmente, na Farmácia Onilda, é realizada uma verificação nos produtos cujos prazos de validade, indicados no sistema informático, expiram nos três meses seguintes. Os produtos já expirados ou que estão no intervalo dos três meses de expirar, são susceptíveis

de devolução, sendo enviados para os respectivos fornecedores para regularização da situação. Caso o laboratório tenha implementado uma política de não-aceitação de produtos por motivo de prazo de validade, a farmácia procede à sua quebra, comunicando para o devido efeito à Autoridade Tributária e Aduaneira. Estes mesmos produtos, não possuem qualquer valor comercial e não podem ser dispensados sob nenhuma circunstância.

2.7. Devoluções

Procede-se à devolução de um produto em caso de proximidade de expiração de prazo de validade, embalagens danificadas, recolha obrigatória de acordo com circular da Autoridade Nacional do Medicamento e Produto de Saúde, I.P. (INFARMED), produto não encomendado, entre outros.

Para se proceder à devolução é necessário criar uma nota de devolução com a descrição do motivo. São impressas três cópias dessa mesma nota, em que uma fica arquivada na farmácia e as outras duas, depois de rubricadas e carimbadas seguem juntamente com os produtos para o fornecedor. Os produtos devem ser devolvidos para o fornecedor que os disponibilizou à farmácia e de acordo com os procedimentos propostos.

Após a recepção dos produtos por parte do fornecedor, existem três possíveis situações para regularização da devolução. O fornecedor pode emitir uma nota de crédito, cujo montante será deduzido na factura seguinte referente a uma encomenda da farmácia, ou pode substituir por um novo produto, ou pode não aceitar a devolução, quando algum dos requisitos assim invalide. Alguns produtos requerem cuidados especiais na sua devolução, como é o caso dos estupefacientes, que devem ser devolvidos separadamente de outras devoluções. As devoluções aos laboratórios são geralmente efectuadas através dos delegados comerciais, podendo em alguns casos sofrer uma depreciação no seu valor, quando a sua compra resultou uma campanha com condições comerciais mais aliciantes.

3. Interação Farmacêutico – Doente – Medicamento

Cada vez mais a farmácia é o primeiro local, de grande parte da população, para esclarecimento de dúvidas e aconselhamento. Deste modo, a interação com os utentes é um processo bastante complexo, sendo fundamental adequar os serviços farmacêuticos ao

perfil dos utentes, de forma a conseguir avaliar da melhor maneira dada situação e sempre que possível poder resolvê-la.

Em farmácia comunitária a actividade do farmacêutico tem como foco o utente, consequentemente, o farmacêutico deve mostrar disponibilidade e interesse em auxiliar o utente, sendo de elevada importância a comunicação com o mesmo, não só na avaliação clínica da situação, como na transmissão de informações, como a promoção da adesão à terapêutica, modo de conservação de determinados medicamentos e promoção do uso racional do mesmo, de forma a garantir o sucesso do tratamento.

Durante o diálogo com o utente, o farmacêutico deve esclarecer todas as dúvidas que possam existir, verificar se a posologia está bem compreendida, se existem contra-indicações ou interações com outra medicação concomitante e informar sobre efeitos adversos. Outro aspecto bastante importante desta comunicação é a detecção de possíveis reacções adversas ao medicamento, de forma a poder notificar ao Sistema Nacional de Farmacovigilância. Este sistema funciona através de um processo de notificação espontânea, que é desempenhado por médicos prescritores, enfermeiros e farmacêuticos. O farmacêutico como profissional de saúde directamente ligado ao medicamento e devido à sua proximidade com o utente tem um papel preponderante na Farmacovigilância.

O sigilo profissional é outro aspecto desta relação e que garante a privacidade do utente. O farmacêutico, segundo o Código Deontológico dos Farmacêuticos, está obrigado a guardar sigilo, e desta forma, manter confidenciais os diálogos decorrentes do exercício da profissão. O farmacêutico tem um papel fundamental de intervenção na sociedade e promoção do uso racional e eficaz do medicamento, desempenhando um papel cada vez mais activo na educação e consciencialização da utilização dos medicamentos e outros produtos de saúde.

4. Dispensa de medicamentos

Devido às suas características próprias, os medicamentos estão sujeitos a um enquadramento legal específico, que os distingue de todos os outros produtos de saúde. O Estatuto do Medicamento, segundo o Decreto de Lei nº 176/2006 de 30 de Agosto, define medicamento como, “toda a substância ou associação de substâncias apresentada como possuindo propriedades curativas ou preventivas de doenças em seres humanos ou dos seus sintomas ou que possa ser utilizada ou administrada no ser humano com vista a estabelecer

um diagnóstico ou, exercendo uma acção farmacológica, imunológica ou metabólica, a restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas.” [1]

A dispensa de medicamentos apresenta-se como a actividade de maior relevância em farmácia comunitária. Este acto tem de ser acompanhado da informação necessária, com o objectivo de garantir uma correcta utilização do que se cede, de aumentar o sucesso da terapêutica, de maximizar a adesão e de diminuir eventuais efeitos secundários.

Esta actividade pode ser dividida em dispensa de Medicamentos Sujeitos a Receita Médica (MSRM) e em dispensa de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica (MNSRM). A dispensa segundo receita médica é o processo mais frequente e deve sempre ser alvo de um olhar crítico, por parte do farmacêutico, de forma a detectar eventuais erros de prescrição. Contudo, a dispensa de medicamentos não sujeitos a receita médica é feita segundo indicação farmacêutica, sendo de extrema importância o papel do farmacêutico na avaliação da situação e cedência do melhor medicamento para cada caso.

4.1. Dispensa de Medicamentos Sujeitos a Receita Médica

Cabe ao farmacêutico a responsabilidade da dispensa de MSRM. Esta dispensa reveste-se de grande responsabilidade, de forma a prevenir eventuais erros, e deve ser feita promovendo o uso correcto, racional e seguro do medicamento, respeitando os princípios éticos da profissão.

Um MSRM é como o nome indica, aquele que só pode ser dispensado perante apresentação de uma prescrição médica, podendo a sua utilização sem vigilância médica representar um risco acrescido. Durante o processo de dispensa deve ser realizada uma análise detalhada da receita, quer do ponto de vista legal, quer do ponto de vista farmacoterapêutico, sendo essencial confirmar todos os campos antes de facturarmos os produtos.

A prescrição é feita num modelo de receita médica oficial e exclusivo da Imprensa Nacional da Casa da Moeda, aprovado pelo despacho n.º 15700/2012. [2] Esta pode ser única, com uma validade de 30 dias após a data de prescrição ou renovável (receita com 3 vias), com uma validade de 6 meses. Deve-se então proceder à identificação do regime de comparticipação, existência de despacho ou portaria referida pelo médico, data de validade da receita, identificação do médico prescriptor (código e assinatura), código do local de prescrição, deverá estar presente a DCI, dosagem, forma farmacêutica, tamanho da embalagem e quantidade (podem ser prescritos até 4 medicamentos diferentes, num máximo

de 4 embalagens, não podendo ser dispensadas mais de 2 embalagens do mesmo medicamento), a receita deve estar sem rasuras a não ser que rubricadas pelo médico prescriptor, verificação da autorização para a cedência de genéricos, interpretação da posologia e sempre que não venha especificada dose ou tamanho de embalagem opta-se pelo mínimo comercializado.

Após verificação dos dados acima referidos, pode ser feita a leitura óptica dos códigos de barras dos produtos em causa, para informatizar a venda, depois devemos proceder à execução da comparticipação, escolhendo o organismo certo, e para finalizar realiza-se a leitura óptica do código de barras do número da receita, do código do local de prescrição e da entidade prescritora. O *software* indica-nos, automaticamente, o valor da comparticipação, ficando a saber quanto a pessoa tem a pagar. Existem também subsistemas de saúde, em que o valor dos medicamentos é suportado por mais que uma entidade, o que exige um procedimento extra.

Nestes casos é necessário fotocopiar a receita e efectuar o mesmo procedimento seleccionando o respectivo organismo. Durante o acto da dispensa devem ser dadas ao doente todas as indicações necessárias para um uso correcto dos medicamentos prescritos. Devemos perguntar sempre se o utente já costuma fazer aquela terapêutica, e confirmar com ele o regime posológico, esse deve ser escrito nas embalagens de forma legível.

Após a dispensa, é impresso no verso da receita um código, designado código de venda, onde se pode aceder a informação detalhada dos medicamentos que foram efectivamente dispensados, com um espaço para o utente assinar.

4.1.1. Organismos de Comparticipação

A maioria das receitas médicas recebidas na farmácia provém do Serviço Nacional de Saúde (SNS), deste modo os regimes de comparticipação mais usuais são o regime geral, o regime especial pensionista e o regime especial diplomas.

Podemos distinguir os diferentes regimes de comparticipação, consoante a informação que vier na receita médica. Se for regime geral, na receita apenas vem impresso o número de utente e o respectivo organismo de comparticipação. No caso do SNS – Regime Especial pensionista, para além do número de utente, deverá vir impresso na receita a letra “R”, no caso das receitas do SNS – Diplomas é necessário que na receita venha a portaria respectiva ao medicamento prescrito. Para além do SNS, existem outras entidades participadoras e subsistemas, como é o caso do SAMS ou da Portugal Telecom. Nestes

casos há uma complementaridade da comparticipação com o SNS, e deste modo a facturação é realizada para o SNS com o original da receita e uma cópia é facturada ao respectivo subsistema.

4.2. Dispensa de estupefacientes e psicotrópicos

Os medicamentos psicotrópicos e estupefacientes constituem um grupo de fármacos que actuam ao nível do Sistema Nervoso Central (SNC), modificando a actividade mental podendo, conseqüentemente, causar alterações de comportamento, afectividade e consciência, levando a tolerância, dependência física e/ou psicológica. No Decreto-lei nº15/93, de 22 de Janeiro e Decreto Regulamentar nº61/94 de 12 de Outubro estão as directivas controladoras da utilização deste tipo de substâncias, desta forma, e pela sua aplicação, é possível evitar o seu uso para outros fins que não terapêuticos. ^[3] Existem punições severas para o incumprimento desta legislação podendo mesmo levar o infractor à prisão. A entidade regulamentar é o INFARMED.

Para registo da Farmácia e conseqüente envio ao INFARMED são solicitados dados referentes ao médico prescriptor, dados do utente a quem se destina a medicação, dados de quem levanta a medicação, no caso de não corresponder ao utente a quem se destina o tratamento, e dados relacionados com o medicamento. O original da receita é enviado ao subsistema de saúde responsável pela respectiva comparticipação, um duplicado é enviado ao INFARMED e outro duplicado deve permanecer na farmácia durante três anos.

A farmácia é obrigada a fazer o registo do movimento destes medicamentos, tal como acontece com os armazenistas. Mensalmente é impressa uma listagem de saídas de psicotrópicos que deve ser conferida com as receitas e documentos associados referentes a cada dispensa e guardado junto destas. O balanço entre entradas e saídas é feito de forma anual.

4.3. Dispensa de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica

Actualmente, o uso de MNSRM encontra-se muito vulgarizado devido a haver uma grande quantidade de medicamentos deste tipo que são cedidos fora das farmácias, sem qualquer tipo de aconselhamento. Estes medicamentos não são comparticipáveis, salvo nos

casos previstos na legislação que define o regime de participação do Estado no preço dos medicamentos.

As especialidades farmacêuticas englobadas neste tipo de medicamento são consideradas eficazes, seguras e com qualidade. Contudo, a automedicação deverá ser feita de forma conscienciosa pois, apesar das características que possuem, são medicamentos e como tal compreendem contra-indicações, reacções adversas, precauções e interacções.

Os farmacêuticos, enquanto especialistas do medicamento, são os profissionais de saúde mais adequados para aconselhar os seus utentes, tendo um papel fundamental na racionalização da automedicação, na avaliação e ponderação dos efeitos secundários e contra-indicações, distinguindo a situação que necessita de uma consulta médica da situação resolúvel com os MNSRM.

Durante o estágio procurei, nestas situações, colocar questões claras e directas de forma a perceber quando se iniciaram os sintomas, quais os que se encontram presentes, se haveria alguma patologia associada e a sua respectiva terapêutica, de forma a ser possível tomar a melhor decisão. Todavia, também me deparei com situações em que o utente pretendia apenas um medicamento em concreto não estando disposto a qualquer tipo de aconselhamento. Nestes casos também tentei aconselhar o utente da melhor maneira. O farmacêutico deverá ter em conta a relação risco/benefício/custo conduzindo o aconselhamento de forma a que o doente assuma a responsabilidade pela melhoria da sua saúde.

5. Receituário

As receitas facturadas são recolhidas diariamente e conferidas, de forma a identificar possíveis erros e corrigi-los o mais rapidamente possível. As receitas conferidas são posteriormente agrupadas, separadas por lotes de 30 receitas, e organismos de facturação até se fecharem os lotes. Alguns organismos devem ser subdivididos consoante se trate de regime especial ou normal.

Quando se fecha um dado lote, é impresso o respectivo “Verbete de Identificação de Lote” que deve conter o nome e carimbo da Farmácia, o respectivo código ANF, identificação do lote, série, mês e ano a que se refere, número de etiquetas, o valor total do lote correspondente ao PVP, valor total pago pelos utentes e o valor total pago pelo organismo em causa. No último dia de cada mês fecham-se os lotes e emite-se a “Relação Resumo de Lotes” de cada organismo em triplicado, aqui temos todos os elementos dos

verbetes, referentes a todos os lotes. De seguida emite-se a “Factura Mensal de Medicamentos” onde consta a identificação da farmácia e respectivo código de inscrição na ANF, número da factura, mês e ano a que se refere, data de emissão, organismos e número de lotes e de receitas, valor total do PVP, participação pela entidade, valor pago pelos utentes, carimbo da farmácia e assinatura do Director Técnico ou do Farmacêutico responsável, sendo o original e um duplicado anexado ao receituário, outro duplicado enviado para a ANF e um terceiro duplicado guardado na farmácia.

Este receituário deve estar preparado nas farmácias até ao dia 5 de cada mês e a farmácia deverá ainda garantir a sua entrega no Centro de Conferência de Facturas (CCF), até ao dia 10 de cada mês, fazendo-se acompanhar da documentação exigida. Posteriormente, o CCF disponibiliza à Farmácia o resultado da conferência, perante o qual esta pode remeter notas de débito ou crédito relativas às diferenças nos valores correspondentes às receitas com erros. No caso de uma devolução de uma receita, esta tem de fazer-se acompanhar pelo motivo da devolução. As receitas incorrectas referentes ao SNS são devolvidas directamente pelo CCF à farmácia. Quando ocorre um erro, a Farmácia tenta corrigi-lo, sendo a receita incluída no receituário do mês seguinte, de forma a assegurar a recepção do montante relativo à participação.

No caso dos restantes subsistemas, todo o tratamento do receituário dentro da farmácia é igual, no entanto a farmácia é responsável por enviar para ANF toda a documentação e receitas relativas a esses subsistemas, até dia 10. Posteriormente a ANF encaminha essa documentação aos organismos responsáveis que, remetem o valor das participações à ANF, esta trata de devolver esse montante à Farmácia em causa. A ANF funciona como intermediário entre organismos e Farmácias.

6. Dispensa de outros produtos de saúde

6.1. Produtos de uso veterinário

Segundo o Decreto-lei nº148/2008 de 29 de Julho são: “qualquer substância, ou associação de substâncias, apresentada como possuindo propriedades curativas ou preventivas de doenças em animais ou dos seus sintomas, ou que possa ser utilizada ou administrada no animal com vista a estabelecer um diagnóstico médico-veterinário ou, exercendo uma acção farmacológica, imunológica ou metabólica, a restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas.” [4]

Dentro deste grupo, os produtos mais solicitados pelos utentes destinam-se maioritariamente a animais de companhia e os mais requisitados são os antiparasitários tanto de uso interno, como externo. Existem também alguns medicamentos de uso humano, como colírios ou pomadas oftálmicas, que são utilizados no tratamento de animais, com o devido ajuste da dose, sem que daí advenha qualquer risco para a sua saúde.

É importante que o farmacêutico tenha um papel activo aquando da cedência deste tipo de medicamentos, devendo estar preparado para esclarecer os utentes sobre qualquer dúvida relacionada com o produto em questão. De referir ainda a importância em alertar os utentes para uma possível situação de contágio animal-Homem, fornecendo todas as informações para que tal contágio não ocorra.

6.2. Produtos de Dermocosmética e Higiene

Segundo o Decreto-lei nº189/08 de 24 de Setembro um produto cosmético e de higiene corporal é “qualquer substância ou preparação destinada a ser posta em contacto com as diversas partes superficiais do corpo humano, designadamente epiderme, sistemas piloso e capilar, unhas, lábios e órgãos genitais externos, ou com os dentes e as mucosas bucais, com a finalidade de, exclusiva ou principalmente, os limpar, perfumar, modificar o seu aspecto, proteger, manter em bom estado ou de corrigir os odores corporais”.^[5]

Existe um elevado número de gamas de dermocosmética e higiene corporal à disposição dos utentes, desde modo o farmacêutico, como profissional especializado, tem um papel fundamental na orientação e aconselhamento, garantido a escolha do produto mais adequado a cada caso.

Durante o estágio constatei que os utentes cada vez mais se preocupam e são exigentes com a sua imagem e bem-estar, sendo este tipo de produtos muito requisitados. Muitas das pessoas que se dirigem à farmácia, com o intuito de adquirir um produto deste género, já sabem o que querem. No entanto, muitas solicitam a ajuda do farmacêutico para fazer uma escolha mais acertada do produto, questionando-o sobre a forma mais correcta de aplicação e sobre os cuidados a ter. No início tive algum receio relativamente ao aconselhamento destes produtos, mas comecei a frequentar formações sobre diversas linhas e juntamente com a informação que me era facultada pelos meus colegas na farmácia, com o passar do tempo, comecei a ficar mais à vontade no seu aconselhamento.

No aconselhamento deste tipo de produtos é necessário perceber os cuidados que a pessoa já possui e o que pode ser melhorado, sendo essencial ter em atenção o tipo de pele.

Em muitos casos, este tipo de produtos são a primeira linha para o tratamento de algumas afecções dermatológicas, tais como dermatites de contacto, eritema da fralda no bebé, acne, entre outras. Para além disto, é de referir também, que muitos destes produtos são prescritos por médicos, o que, para além de uma componente estética, lhes confere igualmente uma componente preventiva ou curativa.

6.3. Dispositivos Médicos

Segundo o Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de Junho, Dispositivo Médico é “qualquer instrumento, aparelho, equipamento, material ou artigo utilizado isoladamente ou combinado, incluindo os suportes lógicos necessários para o bom funcionamento, cujo principal efeito pretendido no corpo humano não seja alcançado por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos, embora a sua função possa ser apoiada por esses meios e seja destinado pelo fabricante a ser utilizado em seres humanos para fins de diagnóstico, prevenção, controlo, tratamento ou atenuação de uma doença, de uma lesão ou de uma deficiência, estudo, substituição ou alteração de anatomia ou de um processo fisiológico e controlo da concepção”. [6]

Durante o estágio tive a possibilidade de contactar com diversos dispositivos médicos, sendo os mais solicitados, compressas esterilizadas e de não tecido, seringas, testes de gravidez, termómetros, pensos, luvas cirúrgicas e tiras-teste para o controlo da glicémia.

6.4. Produtos Fitoterapêuticos

Os Produtos Fitoterapêuticos é a classe que tira partido das propriedades curativas e preventivas das plantas em que as suas principais apresentações são cápsulas e chás de diversas marcas. A maioria destes produtos encontra-se localizada no linear de atendimento, sendo requisitados para situações tão variadas como quadros de ansiedade, cansaço físico e mental, obesidade, obstipação e diarreia. As suas vantagens terapêuticas são assim bastante variadas, embora a maioria dos mecanismos de acção das substâncias presentes nestas plantas ainda não seja conhecida. Alguns exemplos da actividade terapêutica das plantas é o uso do *ginseng* como estimulante físico e mental, a valeriana como ansiolítico e a *ginkgo biloba* na melhoria da circulação sanguínea.

Há cada vez mais uma crescente procura por este tipo de produtos, sendo uma das áreas em que o farmacêutico deve ter um papel preponderante, de forma a combater a ideia de que os produtos naturais provenientes das plantas não trazem qualquer risco para a saúde humana. Exemplo de que essa ideia não é correcta, é o caso da Erva de São João, que ao induzir o CYP3A4, torna os fármacos metabolizados por este complexo com uma menor acção terapêutica.

6.5. Suplementos alimentares

Os suplementos alimentares são um grupo de produtos que tem despertado cada vez mais interesse por parte das pessoas, existindo em diversas formas tais como, saquetas, ampolas, comprimidos, cápsulas, entre outras. Devido à vida profissional e ao stress com que se deparam todos os dias, as pessoas estão cada vez mais descuidadas com a sua alimentação, o que se vai reflectir numa carência vitamínica e mineral, levando a quadros de cansaço que pode até ser extremos. Estes produtos só contêm vitaminas e nutrientes, não sendo compostos por macronutrientes como acontece com os produtos de alimentação especial e deste modo, não são substitutos de uma alimentação normal.

7. Serviços prestados pela Farmácia Onilda

Devido à posição privilegiada junto da população, a farmácia comunitária desempenha um papel fundamental na prevenção da doença e na promoção de saúde. A Farmácia Onilda apresenta então um enorme interesse em divulgar e em realizar os serviços farmacêuticos, com a finalidade de contribuir para uma melhoria da saúde pública.

A determinação de parâmetros bioquímicos e fisiológicos é um dos principais serviços prestados pela farmácia. Diariamente são realizados inúmeros testes como a medição é o caso da medição da Pressão Arterial (PA), de forma a diagnosticar pessoas hipertensas que não estão medicadas, assim como para fazer o controlo deste parâmetro nas pessoas que pretendam ter os valores da PA estabilizados; da medição do Colesterol Total que é um factor crucial na prevenção de patologias do foro cardiovascular, deste modo é essencial ter este valor controlado; da medição da Glicémia, que por motivos óbvios, são os utentes diabéticos quem mais pedem a sua realização, de forma a manterem os valores da sua glicemia controlados.

Para além dos serviços referidos anteriormente existe ainda a realização de acompanhamento Nutricional e de Rastreios auditivos, assim como a realização de Mini - Faciais, que são tratamentos de beleza gratuitos e personalizados a cada utente, promovidos por várias marcas de cosmética de forma a dar a conhecer os seus produtos. É importante também referir que a Farmácia Onilda tem o serviço da VALORMED, ajudando assim a que exista uma diminuição da eliminação dos resíduos medicamentosos juntamente com o lixo comum.

8. Análise SWOT

8.1. Pontos fortes

Considero que o estágio em farmácia comunitária é um elo de ligação fundamental entre a Faculdade e o mercado de trabalho, sendo o primeiro contacto, enquanto profissionais de saúde.

Durante a realização do estágio constatei a existência da possibilidade de uma aprendizagem diária e contínua, o que permitiu ganhar novas ferramentas essenciais para o futuro enquanto farmacêutica, nomeadamente a aquisição de conhecimentos de gestão, mas também a consolidação e aplicação de conhecimentos já anteriormente adquiridos. De realçar a enorme importância de toda a equipa, competente e inovadora, da Farmácia Onilda que me integrou da melhor maneira e esteve sempre disponível à transmissão de conhecimentos.

Para além de toda a aprendizagem diária na farmácia foi-me possibilitada a frequência em formações de várias áreas de dermocosmética, suplementos vitamínicos, produtos de fitoterapia e homeopatia. As formações foram bastante enriquecedoras pois permitiram-me complementar os conhecimentos adquiridos e realizar um melhor aconselhamento aos utentes.

A farmácia comunitária, permitiu-me um contacto muito directo e por vezes até familiar com os utentes, o que me possibilitou a aplicação dos meus conhecimentos na prática, quer a nível do atendimento, dando conselhos úteis aos utentes aquando da dispensa de um medicamento, quer a nível da medição de parâmetros bioquímicos. Deste modo, senti que também tive um papel activo na sociedade, com fortalecimento dos laços de confiança que se estabeleceram entre as partes.

Não posso deixar de referir o papel fundamental que o farmacêutico desempenha, neste ambiente familiar onde a farmácia está inserida, com todas as dificuldades financeiras que os utentes estão a atravessar e principalmente ao nível do estrato da população idosa e famílias, de classe média e baixa. Para além de cada vez mais ser o primeiro contacto que as pessoas têm com cuidados de saúde, devido à impossibilidade económica de se dirigirem ao médico, acaba também por funcionar como um “psicólogo”, uma figura muito acarinhada e que afasta por momentos o sentimento de solidão que avassala esta massa populacional.

São casos como estes, de contacto com os utentes, que me fazem crer que enquanto futura farmacêutica o meu papel na sociedade pode ter uma enorme relevância e vai muito além do apenas profissional, atingindo objectivos individuais.

8.2. Pontos fracos

Considero que ao longo do curso deveríamos ter mais disciplinas direccionadas para farmácia comunitária, nomeadamente a nível do aconselhamento farmacoterapêutico em MNSRM, uma vez que é neste tipo de medicamentos que podemos ter um papel mais activo aquando da sua cedência.

Para além dos MNSRM, áreas como a dermocosmética, a puericultura ou os suplementos alimentares, pedem um aconselhamento específico, com conhecimentos diversificados e precisos, mas que julgo serem colmatados através da formação contínua.

Outro aspecto que considero menos positivo é a insuficiência de conhecimentos relativamente aos nomes comerciais dos medicamentos, revelando-se muitas vezes um entrave no atendimento e à comunicação coloquial. Pelo que sugeria, o desenvolvimento de competências comunicacionais, uma vez que, da mesma forma que é relevante a formação técnica o saber ouvir e colocar as questões certas revelou-se um factor determinante no meu estágio.

8.3. Oportunidades

A realização de um estágio curricular possibilita uma integração no mercado de trabalho e conseqüentemente, o contacto com possíveis futuros empregadores, proporcionando também uma formação contínua e especializada do farmacêutico em diversas áreas, o que permite adquirir novos conhecimentos favoráveis não só para trabalho

em farmácia comunitária, mas também em outras áreas, como é o caso de gestão farmacêutica, dermocosmética, distribuidores grossistas e indústria farmacêutica.

Tal como referi, devido ao cenário socio-económico da população utente da farmácia em questão, manifesta-se a necessidade de se assumir uma preocupação com a prestação de serviços farmacêuticos, visto que algumas doenças crónicas, seja a diabetes e a hipertensão, exigem uma atenção cuidada do farmacêutico e da farmácia comunitária, numa vertente pedagógica. De forma a potencializar a intervenção do farmacêutico junto da população sugiro o acompanhamento assíduo ao utente, seja pela realização de testes bioquímicos diversos ou por acompanhamento farmacoterapêutico. A criação de um procedimento interno no funcionamento da farmácia, em que haja um planeamento e implementação em coordenação com o registo de dados, permitiriam o êxito de programas de acompanhamento. A sugestão de medidas não farmacológicas ao nível da alimentação, exercício físico e outras, caso a caso, revelam-se fundamentais no aumento da qualidade de vida do utente, isto significa, que o farmacêutico se coloca à disposição da comunidade através dos seus conhecimentos e formação.

O desenvolvimento de competências comunicacionais permitem agilizar uma eficaz comunicação entre o farmacêutico e a comunidade. Observei uma irracional utilização dos medicamentos e uma desinformação dos mesmos. Parece-me relevante eliminar tabus e ideias pré-concebidas, promovendo o aconselhamento, como referido, passando pela educação e promoção da saúde, aconselhamento em planeamento familiar e campanhas de sensibilização. A auto-medicação constitui um problema actual, que deve ser controlado, tendo o farmacêutico um papel como educador e promotor do auto-cuidado, esclarecendo os riscos e a sua condição, advertindo as reacções adversas advindas do uso do medicamento sem prescrição. O farmacêutico deve adoptar, uma atitude responsável na avaliação do quadro clínico e orientar em caso necessário, o utente, na procura de um serviço especializado.

8.4. Ameaças

O contexto socioeconómico desfavorável que o país atravessa potencia a desqualificação e desvalorização técnica e social da classe farmacêutica, assistindo-se a uma crise de identidade do farmacêutico e da farmácia enquanto instituição. Deverá realizar-se uma demarcação quer do compromisso das universidades em formar profissionais para o mercado de trabalho, quer a exigência de uma conjugação de diversos saberes, fomentando

uma acção interdisciplinar, visando a melhoria da qualificação profissional com repercussões na sociedade.

Detectei que o mercado farmacêutico tem vindo a contribuir para a imagem do medicamento sinónimo de mercadoria, esta particularidade inclui riscos diversos. O farmacêutico pode confundir-se com o papel de vendedor e saírem desvirtualizados os seus valores e princípios. Dado o enquadramento actual, a auto-realização pessoal e profissional, bem como o reconhecimento do trabalho realizado, passa tanto pela farmácia enquanto instituição, como pela comunidade. A exigência de uma actividade de gestão no processo de trabalho do farmacêutico coloca em risco, por vezes, o seu papel social e educacional na saúde.

Conclusão

O estágio curricular permitiu-me contactar com uma nova realidade, que alterou a minha forma de olhar para este sector, compreendendo a importância extrema deste estágio para a nossa formação.

Ao longo do curso é-nos fornecido um conjunto de conhecimentos teóricos que por vezes não sabemos como aplicar na prática. Na farmácia comunitária, somos confrontados com diversas situações, de carácter tão variado, que é fundamental recorrermos a uma grande parte do conhecimento que nos foi fornecido. Este estágio é portanto o momento crucial em que somos postos à prova e percebemos se estamos realmente preparados para a nova etapa que se avizinha. É também a altura ideal para ganharmos confiança nas nossas capacidades e termos um papel pró-activo na sociedade.

O papel do farmacêutico na sociedade, já não é unicamente a dispensa do medicamento, sendo um agente activo na realização de serviços farmacêuticos, assim como na promoção de saúde, em que o contacto com as pessoas assume um papel preponderante na qualidade dos serviços prestados. É esta interacção, aliada a uma noção ética, deontológica e a um profundo conhecimento científico que faz do farmacêutico um profissional de saúde essencial para a sociedade.

Para finalizar não posso deixar de realçar o papel de toda a equipa da Farmácia Onilda, que durante estes quatro meses foram incansáveis na transmissão de conhecimento, o que me permitiu crescer enquanto profissional de saúde.

Bibliografia

- [1] Estatuto do Medicamento - Diário da República, 1ª série, N° 167, 30 de Agosto de 2006, Decreto-lei 176/06 (2006);
- [2] Despacho n° 15700/2012, de 10 de Dezembro. Diário da República. 2ª Série (2012);
- [3] Decreto- Lei n° 15/93 de 22, de Janeiro. Diário da República. 1ªSérie. N°18 (1993);
- [4] Decreto-Lei n.º 148/2008 de 29 de Julho de 2008; Diário da República, 1ª série. N° 145 (2008);
- [5] Decreto-Lei n° 189/2008 de 24 de Setembro. Diário da República 1ª série. N° 185 (2008);
- [6] Decreto-Lei n°145/2009, de 17 de Junho. Diário da República. 1ªSérie. N°115 (2009);